DocuSign Envelope ID: 988EA1B9-46D4-408D-A852-7A391BF23DDA

C&C CASA E CONSTRUÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 63.004.030/0001-96

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por cota do capital social)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.009	6.482
Contas a receber de clientes	6	66.455	56.955
Estoques	8	175.682	320.012
Tributos a recuperar	9	7.267	4.016
Outras contas a receber	7	1.131	3.111
Total do ativo circulante		264.544	390.576
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	18.e	11.685	10.913
Imobilizado	10	268.647	353.281
Intangível	11	50.026	34.032
Total do ativo não circulante		330.358	398.226
Total do ativo		594.902	788.802

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	13	170.157	291.804
Fornecedores convênio	13.a	-	13.667
Arrendamentos	14	52.306	98.442
Obrigações contratuais sobre uso de bens	14.a	141	141
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	18.110	21.901
Obrigações tributárias	17	3.038	6.148
Partes relacionadas	19.d	-	182.969
Debêntures	19.e	150.396	-
Outras contas a pagar	15	9.912	14.903
Total do passivo circulante		404.060	629.975
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	-	96.484
Arrendamentos	14	158.313	177.627
Obrigações contratuais sobre uso de bens	14.a	38	154
Provisão para causas judiciais	18	62.652	30.284
Total do passivo não circulante		221.003	304.549
Total do passivo		625.063	934.525
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	20.a	1.815.668	1.419.941
Reserva de capital	20.b	5.693	5.693
Prejuízos acumulados		(1.851.522)	(1.571.357)
Total do patrimônio líquido		(30.161)	(145.723)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		594.902	788.802

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.419.941	5.693	(1.256.457)	169.177
Prejuízo do exercício	-	-	(314.900)	(314.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.419.941	5.693	(1.571.357)	(145.723)
Aumento de capital	395.727	-	-	395.727
Prejuízo do exercício	-	-	(280.165)	(280.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.815.668	5.693	(1.851.522)	(30.161)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por cota do capital social)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	724.373	1.030.470
Custo dos produtos vendidos	22	(532.711)	(676.120)
Lucro bruto		191.662	354.350
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	22	(30.985)	(34.946)
Gerais e administrativas	22	(388.460)	(563.061)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	3.136	(24.243)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(224.647)	(267.900)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	30.137	24.133
Despesas financeiras	23	(85.655)	(71.133)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(280.165)	(314.900)
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-
Prejuízo do exercício		(280.165)	(314.900)
Resultado por cota do capital social - em R$	24	(0,15)	(0,22)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(280.165)	(314.900)
Resultado abrangente total do exercício	(280.165)	(314.900)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(280.165)	(314.900)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido:			
Depreciação e amortização	10 e 11	119.233	127.230
Baixa de ativo imobilizado e intangível, líquida	10 e 11	32.880	596
Perda (ganho) com operações de Swap		-	4.688
Provisão (reversão) para perdas de créditos esperada	6	110	-
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	8	4.980	(4.304)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários		35.932	9.652
Provisão (reversão) para baixa do ativo imobilizado		-	28.564
Variação cambial e juros incorridos, líquidos		-	7.750
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(9.610)	121.694
Estoques		139.350	27.098
Tributos a recuperar		(3.251)	(37)
Despesas antecipadas		1.734	(1.111)
Outros créditos		246	7.223
Depósitos judiciais		(772)	1.649
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(108.564)	(11.548)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(3.791)	1.679
Obrigações tributárias		(3.110)	(3.195)
Pagamento de contingências		(3.565)	(10.105)
Contas a pagar		(26.866)	(93.257)
Outras contas a pagar		(4.430)	(18.975)
Direito de uso		-	(154)
Amortização do passivo de arrendamento		(65.450)	(57.072)
Juros pagos		(561)	(16.890)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(175.670)	(193.725)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(83.381)	(80.283)
Aquisição de ativo intangível	11	(92)	(6.936)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(83.473)	(87.219)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		395.727	-
Captação/ Amortização de empréstimos e financiamentos		(129.057)	283.905
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		266.670	283.905
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.527	2.961
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	6.482	3.521
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	14.009	6.482
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.527	2.961

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional: A C&C Casa e Construção S/A. ("C&C" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações, estabelecida no Brasil, com sede na Avenida Chucri Zaidan, no 230 - Subsolo, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 1971, atua no mercado de varejo de materiais para construção, reforma, decoração e artigos para jardinagem no Brasil, principalmente para consumidores finais pessoas físicas, indústrias, prestadores de serviços e empresas que atuam no mercado da construção civil. No decorrer de 2023 a C&C em alinhamento com a consultoria Galeazzi, efetuou o encerramento da operação de algumas lojas, sendo: Rio Preto (03/2023), Caxias (04/2023), Serra, Campinas- Dunlop, Nova Sorocaba, São Vicente, Tietê e Macaé (07/2023). Em 28 de setembro de 2023 o controle da Companhia foi transferido, sendo que com a nova administração da Companhia, algumas ações estão sendo realizadas com o objetivo de obter o equilíbrio financeiro, sendo as principais: reestruturação do time de colaboradores em toda Companhia, renegociação ou encerramento de contratos comerciais cuja essencialidade de custo x benefício não eram benéficas financeiramente para a Companhia. Nesse período também houve a alteração do tipo jurídico da Companhia de sociedade empresária limitada para sociedade por ações. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com 30 estabelecimentos, situados nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, conforme segue:

	São Paulo	Rio de Janeiro
Lojas	19	8
Lojas "show room"	1	-
Centros de distribuição	1	1
Total	**21**	**9**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 139.516 (R$ 239.400 em 31 de dezembro de 2022), patrimônio líquido (passivo a descoberto) de R$ 30.161 (R$ 145.723 em 31 dezembro de 2022) e prejuízos acumulados de R$ 1.851.522 (R$ 1.571.357 em 31 de dezembro de 2022). Em 28 de setembro de 2023 foi concluída a transação de venda da Companhia para a AGI (Arcos Gestão e Investimento). A nova administração não contará doravante com a consultoria Galeazzi, mas a linha de atuação continua sendo a de retomada da operação com sustentabilidade financeira.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria ocorrida em 15 de maio de 2024. **b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em real (R$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **c) Base de elaboração -** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios, e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas. **d) Transações em moedas estrangeiras -** Convertidas para a moeda funcional da Companhia (real - R$), utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos -** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis sob o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As premissas e estimativas contábeis significativas estão descritas na Nota Explicativa nº 4.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas referidas demonstrações e que receitas, custos e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. **3.1. Instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros -** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração -** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente -** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. • Os Ativos financeiros são registrados pelo custo amortizado, e para isto, ambas condições devem ser atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. **Desreconhecimento -** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e **(a)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou **(b)** a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros -** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado conforme Nota Explicativa nº 3.3. **ii) Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração -** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. A Companhia registrou os passivos financeiros pelo Custo amortizado no Balanço de 31 de dezembro de 2023. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, fornecedores - convênio, empréstimos e financiamentos, terceiros e partes relacionadas, arrendamento mercantil financeiro, obrigações tributárias e parcelamento de tributos e são classificados na categoria de Passivos financeiros ao custo amortizado. **Mensuração subsequente -** Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento -** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **iii) Compensação de instrumentos financeiros -** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa -** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas -** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo o risco de realização avaliado pela Administração, que, quando necessário, constitui provisão para perdas esperadas com base na avaliação individual dos créditos, na análise da conjuntura econômica são feitas as análises das perdas futuras estimadas, com base em faixa de vencimento. O valor das perdas esperadas foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos. As vendas efetuadas pela Companhia à vista realizadas no exercício de 2023 representam 39% (39,2% em 2022), porém a forma de pagamento pode ser parcelada pelos clientes em até seis vezes por meio de cartões de crédito conveniados e até doze vezes no cartão próprio, sendo o preço praticado nas vendas a prazo ele praticado nas vendas à vista. O prazo de parcelamento pode ser alterado conforme as campanhas comerciais vigentes. **3.4. Estoques e provisão para perdas de estoque -** Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens sem movimentação ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração por meio das perdas ocorridas entre a data de realização do último inventário físico e a data-base de apresentação das demonstrações financeiras. A provisão para perdas nos estoques refere-se a itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade. A base de cálculo das perdas considera somente estoques cujos fornecedores não possuem acordos comerciais para devolução ou não sejam da modalidade de pagamento pós-vendas ("PPV"). **3.5. Ativo imobilizado -** São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens estão demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação - %
Máquinas e equipamentos	10
Móveis	10
Veículos	20
Instalações	10

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível -** Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis são substancialmente representados por: **i) Intangível em andamento -** Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas conforme são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da utilização do produto, pelo método linear, e ao longo do período do benefício esperado. **ii) Softwares -** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Empresa, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • A Administração pretende concluir o software e usá-lo; • O software pode ser vendido ou usado; • É possível demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros; • Estão disponíveis recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o software; e • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados ao desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis, como também os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. **3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis -** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: **(i)** seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e **(ii)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("*impairment*"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), que, no caso da Companhia, representam cada uma de suas lojas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não procedeu com o estudo de recuperabilidade dos ativos ("*impairment")*. **3.8. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento -** Com o advindo do CPC 06 (R2) os contratos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, passam a ter o mesmo tratamento contábil e a mesma nomenclatura. O arrendamento e o ativo de direito de uso, de acordo com o CPC 06 (R2), estão sendo registrados os contratos firmados que tenham pagamentos futuros e direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento. **3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes -** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços. **3.10. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários -** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes -** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos. **3.12. Reconhecimento de receita -** A receita é reconhecida por um montante que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **a) Venda de produtos e mercadorias -** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando **(i)** controle dos bens e serviços foram transferidos para o comprador; **(ii)** for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; **(v)** o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **b) Prestação de serviços -** A receita pela prestação de serviços é realizada na venda de seguros e garantia estendida, sendo reconhecida como base: **(i)** a etapa de execução dos serviços realizados até a data do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços realizados: **(ii)** à medida que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente; e, **(iii)** for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia. **c) Receita financeira -** A receita financeira é reconhecida pro rata die pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. **3.13. Tributos - a) Imposto de renda e contribuição social – correntes -** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e gera receita tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando prejuízo no exercício, que não foram reconhecidos pelo histórico de prejuízos acumulados, e para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos -** Imposto diferido é gerado por prejuízos fiscais e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a administração não registrou valores referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos, devido ao histórico de prejuízos acumulados. **c) Imposto sobre vendas e serviços -** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. Os tributos (ICMS, ISS, PIS e Cofins) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Cofins são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **3.14. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC -** A Companhia avaliou os impactos da emenda e novas interpretações aos CPCs, emitidas pelo CPC, que entraram em vigor para período contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2023. **1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas -** As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: **• CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações fornecem esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, de forma à aplicação correta da norma. **• CPC 32 - Tributos sobre o lucro:** A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações buscam limitar a abrangência do escopo da Isenção de Reconhecimento Inicial ("IRI") de modo que a IRI não seja mais aplicável às transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Assim, um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido deverão ser reconhecidos para as diferenças temporárias geradas no momento do reconhecimento inicial de um arrendamento ou uma provisão de passivo para desmontagem e remoção dos equipamentos arrendados. Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3.15. Fluxo de Caixa -** A Administração da Companhia apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receitas ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas: Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. A seguir são apresentadas as estimativas contábeis: **a) Redução dos valores de recuperação dos ativos -** Nas datas dos balanços, a Companhia revisa os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **b) Provisão para perdas esperadas sobre contas a receber -** Constituída com base no critério descrito no item 3.3. **c) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários -** As provisões constituídas para processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos consultores jurídicos da Companhia, com base no critério descrito no item 3.10.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, sa

DocuSign Envelope ID: 988EA1B9-46D4-408D-A852-7A391BF23DDA

(continuação)

C&C CASA E CONSTRUÇÃO S.A. - CNPJ/MF nº 63.004.030/0001-96

As principais características dos processos judiciais envolvendo a Companhia podem ser resumidas como segue: **a) Causas trabalhistas -** Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes à equiparação salarial. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base na análise dos processos em andamento nas respectivas datas-bases. **b) Causas cíveis -** Estão distribuídas em diversas reclamações de clientes e de terceiros, principalmente relacionadas a problemas na entrega de mercadorias, insatisfação de clientes e acidentes de trânsito. **c) Causas tributárias - • Órgãos municipais –** referem-se, principalmente, a questões relacionadas à Taxa de Fiscalização e Anúncio (TFA) e à Taxa de Licença e Funcionamento (TLF); **• Órgãos estaduais –** referem-se, principalmente, a questões relacionadas ao ICMS-ST (CAT 17), à majoração de alíquota do ICMS/SP, de 17% para 18%, ao ICMS sobre importação e ao ICMS sobre fretes e PIS; e **• Órgãos federais –** referem-se, principalmente, a questões relacionadas a Auto de Infração de glosa de créditos de PIS/Cofins referente ao regime não cumulativo na aquisição de produtos para revenda e devolução de produtos para os fornecedores e clientes no período de jan a dez/2016, ao Fundo de Investimento Social – Finsocial (valores relativos à alíquota superior a 05%), à compensação com o Cofins e ao INSS para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. **d) Perdas possíveis -** A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, possui ações de natureza tributária e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possíveis, no montante de causa de R$ 346.535, que não estão provisionadas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Tributários	Trabalhista	Cíveis	Total
Possível	**320.550**	**24.781**	**1.204**	**346.535**

Do total das contingências com prognóstico de perda possível, os principais processos referem-se a: **(i)** Em junho de 2014, foi lavrado pela Sefaz/SP um auto de infração fiscal ("AIF" nº 4.041.522-3) no montante de R$ 213.735 de causa, atualizado por estimativa em 30 de junho de 2023 por R$ 455.889 (2022 por R$ 436.025), que teve por objetivo a exigência de créditos tributários de ICMS sobre mercadorias abrangidas pela substituição tributária do Centro de Distribuição de Guarulhos, relativos ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, decorrentes da suposta prática das seguintes infrações: **(1)** falta de pagamento do ICMS-ST; **(2)** creditamento indevido, no mês de dezembro de 2011, de ICMS extemporâneo sobre fretes; **(3)** creditamento indevido, no mês de janeiro de 2010, de ICMS outorgado (artigos 62 e 11 do Anexo III do Regulamento do RICMS/SP); **(4)** creditamento indevido, no mês de janeiro de 2010, de ICMS outorgado (artigos 62 e 11 do Anexo III do RICMS/SP); **(5)** creditamento indevido, de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, de escrituração de Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas (CTRC) emitida sem o destaque do imposto das empresas enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; **(6)** creditamento indevido, de setembro de 2010 a novembro de 2011, de escrituração de CTRC emitida por empresa terceira a título de realização de serviços de horas extras; e **(7)** creditamento indevido, de fevereiro a dezembro de 2012, de créditos extemporâneos oriundos de erros na apuração do imposto que ocasionaram pagamento a maior. Em julho de 2014, a Empresa protocolou impugnação do referido AIF informando a quitação dos débitos de ICMS decorrentes das infrações descritas nos itens 2 a 5 do AIF (vide parágrafo anterior) e apresentou defesa em relação aos itens 1 e 6 do AIF, considerando: **(1)** a nulidade do AIF em virtude da utilização de um único Imposto sobre Valor Agregado - IVA no cálculo inverso do ICMS-ST supostamente devido; **(2)** a desconsideração do ICMS recolhido dos estabelecimentos fornecedores; **(3)** a impossibilidade de utilização de um único IVA-ST para todas as operações sujeitas ao ICMS-ST durante o período autuado; **(4)** o erro na aplicação da multa pelo suposto recolhimento a menor de ICMS-ST; e **(5)** a inaplicabilidade dos juros de mora utilizados no AIF. Em setembro de 2014, foi proferida decisão julgando prejudicada a apreciação da matéria relativa aos itens 2 a 5 do AIF, tendo em vista o seu pagamento, e julgado procedente o AIF em relação aos itens 1 e 6. Em setembro de 2018, foi publicada decisão afastando os débitos de 07/2010 a 12/2012 quanto ao item 1 do Auto, contudo manteve integralmente os débitos do item 6 e do item 1 relativo ao período de 01/2010 a 06/2010. Foi afastado aproximadamente 2/3 do valor do Auto de Infração, reduzindo para o montante originário de R$ 70.289. Em dezembro de 2018, a Empresa apresentou Recurso Ordinário. Em março de 2019, foi julgado o Recurso da Fazenda e o Recurso da Empresa. Em junho de 2019, foi admitido o recurso especial e, em dezembro de 2019, obteve-se a conclusão do julgamento do Recurso Especial da FESP pela Câmara Superior que, por unanimidade, deu provimento ao recurso da Fazenda para anular o acórdão da 2ª Câmara por falta de fundamentação, sendo determinada a realização de um novo julgamento. Em março de 2020, foi solicitado pelo Ministério Público a efetivação do depósito judicial em R$ 246.495 e sua respectiva atualização após 19/06/2019. Em julho de 2020, a C&C solicitou embargos a declaração. Em agosto de 2020, foi peticionada a concessão do efeito suspensivo no agravo. Em outubro de 2021, foi incluído na pauta de julgamento de 27/10/2021 da 9ª Câmara Julgadora. Porém em outubro de 2021 o relator Eduardo Soares de Melo declarou-se impedido, tendo em vista que participou, na Câmara Superior do TIT/SP, do julgamento do Recurso Especial interposto pelo Estado de São Paulo. Com isso, em novembro de 2021 aguardamos distribuição para o novo Relator, para novo julgamento do recurso ordinário pela 2ª Câmara. Em março de 2022, foi feita distribuição do recurso para a relatoria do Julgador Rogério Hideaki Nomura. Aguarda-se novo julgamento do recurso ordinário e do recurso de ofício, tal como determinado pela Câmara Superior do TIT/SP. Em abril de 2022, foi arquivado definitivamente. **(ii)** Auto de Infração de glosa de créditos de PIS e Cofins referente ao regime não cumulativo na aquisição de produtos para revenda e devolução de produtos para os fornecedores e clientes no período de jan a dez/2016 lavrada em 20/04/2020 no montante R$ 21.067 de causa, atualizado por estimativa em 30 de junho de 2023 por R$ 22.951 - Ciência do auto de infração. 21/05/2020 - Protocolada impugnação administrativa. 320/01/2021 - PA encontra-se na Delegacia da Receita Federal de Fiscalização - SPO/SP. Aguarda-se julgamento da Impugnação protocolada em 21/05/2020. 29/01/2021 - Ciência, via e-CAC, do Termo de Início de Diligência Fiscal decorrente do Despacho nº 168 proferido pela 5ª Turma da DRJ09, em 23/12/2020, que determinou a conversão do julgamento da Impugnação em diligência. Em agosto de 2021 – tomamos ciência, via e-CAC, do Termo de Intimação Fiscal decorrente da conversão em diligência determinada pela DRJ, para apresentar esclarecimentos e informações. 01/03/2021 - Protocolo petição em resposta ao TIF. Em abril de 2021 – tomamos ciência de **(i)** novo Auto de Infração em substituição ao Auto de Infração original, nos termos do art. 18, parágrafo 3º do Decreto 70.235/1972; **(ii)** Informação Fiscal de fls. 748/749 sobre o cancelamento do Auto de Infração original e lavratura de novo Auto de Infração; **(iii)** Termo de lançamento e encerramento total do procedimento fiscal 0811300.2021.00053 de fls. 751/752. 27/05/2021 - Protocolo nova impugnação. 06/07/2021 - PA encontra-se na Delegacia da Receita Federal de Julgamento - Curitiba/PR. Aguarda-se julgamento da Impugnação protocolada em 28/05/2021. Em novembro de 2021 - Intimação da empresa sobre o acórdão que julgou parcialmente procedente a impugnação, reconhecendo a decadência dos períodos de janeiro, fevereiro e março de 2016. 23/12/2021 - Protocolo do recurso voluntário pela empresa. Aguardando julgamento no CARF. **(iii)** Ação Anulatória de débitos fiscais com Pedido de Tutela Antecipada nº 0003583-16.2014.4.03.6100, relativa a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL dos períodos de novembro e dezembro de 2011 decorrentes da não homologação, pela Receita Federal, de compensações efetuadas com créditos originários de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL dos anos calendários 2009 e 2010, bem como de créditos oriundos de pagamento a maior de Cofins do período de dezembro de 2010 e janeiro de 2011, no montante de R$ 1.799 em 31 de dezembro de 2020. Em 30 de janeiro de 2021, A Empresa aguarda julgamento. Em outubro de 2022 foi publicada sentença inteiramente favorável à empresa quanto ao mérito, mas condenou a empresa ao pagamento dos honorários sucumbenciais. Tendo em vista a possibilidade de majoração desses honorários, optamos por não recorrer da decisão aguardando recurso da União ou trânsito em julgado. Podem existir outras eventuais obrigações de natureza geral, relativas a impostos de exercícios anteriores, uma vez que não é possível obter aprovação final e definitiva das declarações de impostos no Brasil. A Administração é da opinião que todos os impostos e encargos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, exceto quanto ao comentado anteriormente, em 31 de dezembro de 2022 não eram conhecidas outras causas significativas. Em 09/03/2023 - Certificação do trânsito em julgado. 28/04/2023 - Iniciada execução de sentença peça Fazenda. 23/05/2023 - Protocolada petição de juntada do comprovante de pagamento da verba sucumbencial pela empresa. Aguardando sentença de extinção da execução. **e) Depósitos judiciais -** Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Empresa e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que se referem e estão classificados no ativo não circulante.

	2023	2022
Tributária	7.272	4.905
Cível	592	472
Trabalhista	3.821	5.536
Total	**11.685**	**10.913**

19. Transações com partes relacionadas: Até 28 de setembro de 2023 a Companhia fazia parte do Conglomerado Alfa e, assim, possuía determinadas transações com outras Empresas do Grupo, das quais são exclusivas C&C e respectivas empresas, conforme segue:

a) Saldos e transações	2023	2022
Saldo em contas correntes e demais aplicações financeiras - Banco Alfa S.A.	-	**531**
b) Despesas gerais	**2023**	**2022**
Rádio Transamérica de São Paulo Ltda.	-	593
Total	**-**	**593**
c) Remuneração da Administração	**2023**	**2022**
Remuneração da Administração	-	7.686
Gratificação	-	1.617
Total	**-**	**9.303**
d) Mútuo	**2023**	**2022**
Mútuo - partes relacionadas (*)	**-**	**182.969**

(*) Os juros destas transações são o IPCA positivo do período e um contrato pelo CDI. Em 28/09/2023, ocorreu a conversão de crédito detido pela única sócia, Alfa Comerciais, em face da Sociedade, no valor de R$ 211.726.978,20 para integrar o capital social da empresa.

d.1) Empresa relacionada	2023	2022
Alfa Participações, Administração e Representações Ltda	-	140.254
Alfastar Participações Ltda.	-	42.715
Total	**-**	**182.969**
e) Debêntures	**2023**	**2022**
Debêntures (*)	**150.396**	**-**

(*) Em 6 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a 1ª emissão de 150 mil debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais, com taxa de juros correspondente à remuneração de 2,50% a.a. + CDI.

20. Patrimônio líquido (passivo a descoberto); a) Capital social - Em 28/09/2023, ocorreu aumento do capital social devidos aos eventos realizados pela Alfa comerciais, sendo, conversão de crédito do mútuo no valor de R$ 211.726.978,20 e aporte de capital no valor de R$ 184.000.000,00. O capital social subscrito e integralizado, no valor de R$ 1.815.668 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.815.668), está representado por 1.815.668 cotas.

Cotista	**Cotas**	**R$**
Home center Holding S.A.	1.815.668	1.815.668
Total	**1.815.668**	**1.815.668**

Em 04/12/2023 ocorre a alteração jurídica de sociedade empresária limitada em sociedades por ações, cedendo 0,01% para a empresa JAAM, conforme quadro abaixo: A composição acionária em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

Cotista	**Cotas**	**R$**
Home center Holding S.A.	1.815.667.748	1.815.667.748
JAAM 290 Participações Ltda.	0,01	1
Total	**1.815.667.749**	**1.815.667.749**

b) Reserva de capital - Constituída com valores recebidos pela Empresa que não transitaram pelo resultado por não se referirem à venda de bens ou a prestação de serviços. Trata-se basicamente de ágio na emissão de cotas.

21. Receita operacional líquida	2023	2022
Receita bruta de vendas de mercadorias	845.251	1.213.169
Receita bruta de prestação de serviços	689	553
Devoluções de vendas	(35.116)	(55.501)
Impostos sobre vendas	(86.451)	(127.751)
Receita operacional líquida	**724.373**	**1.030.470**

22. Informação sobre a natureza dos custos e das despesas: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Custo das mercadorias vendidas/serviços prestados	(568.578)	(763.774)
Bonificações	42.536	85.404
Provisões para perdas e ajustes de inventário	(6.670)	2.250
Aluguéis	(79.293)	(89.242)
Manutenção	(11.442)	(9.067)
Água, energia e despesas de comunicação	(24.125)	(28.423)
Depreciação e amortização	(26.002)	(26.667)
Impostos e taxas	(14.535)	(14.241)
Segurança	(13.509)	(16.650)
Salários, encargos e benefícios	(147.186)	(158.059)
Comissões sobre vendas	(12.183)	(19.947)
Propaganda e publicidade	(5.717)	(7.140)
Serviços prestados por terceiros	(44.876)	(101.925)
Fretes	(2.783)	6.636
Outros **(*)**	(37.793)	(133.282)
Total	**(952.156)**	**(1.274.126)**
Classificados como		
Custo das mercadorias vendidas/serviços prestados	(532.711)	(676.120)
Despesas com vendas	(30.985)	(34.946)
Despesas gerais e administrativas	(388.460)	(563.061)
Total	**(952.156)**	**(1.274.126)**

(*) Trata-se de despesas gerais e administrativas, maior impacto relacionado à provisão de contingência tributária, processo 10314.720232/2020-50 e aumento em indenizações contratuais devido aos fechamentos das lojas encerradas.

23. Resultado financeiro	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	640	319
Atualização do crédito do ICMS na base do Pis e Cofins	23.661	23.439
Rendimentos pela antecipação de pagamentos a fornecedores	382	447
Outras - Receitas Financeiras	(8)	(71)
Variação Cambial	5.462	-
Total	**30.137**	**24.134**
Despesas financeiras		
Ajuste do Swap	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos e antecipações de recebíveis	(43.021)	(25.772)
Despesas bancárias	(1.192)	(3.335)
Variação monetária passiva	(6.628)	(7.679)
Despesa financeira com arrendamento	(33.757)	(27.061)
Variação Cambial	-	(3.556)
Outras	(1.057)	(3.730)
Total	**(85.655)**	**(71.133)**

24. Prejuízos por cota do capital social	2023	2022
Prejuízo do período	(280.166)	(314.900)
Cotas do capital social	**1.815.668**	1.419.941
Valor por cota	(0,15)	(0,22)

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2023	2022
Receita de bonificações **(*)**	1.591	1.986
Resultado líquido e Provisão de baixa do ativo **(**)**	5.662	(7.592)
Outras	(4.117)	(18.637)
Total	**3.136**	**(24.243)**

(*) Receitas oriundas de bonificações que não estão diretamente relacionadas a atividades operacionais da Empresa, tais como bonificações com entidades financeiras; e **(**)** Em 2023 (R$ 28.384) refere-se à reversão de baixa parcial do sistema SC3, decorrente da implantação do sistema SAP S4 e R$ 22.690 refere-se à baixa dos ativos de lojas que encerraram as atividades.

26. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes	2023	2022
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(280.166)	(314.900)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de débito/crédito de imposto de renda e contribuição social	(95.256)	(107.066)
Adições temporárias:		
Adições permanentes, líquidas de exclusões	6.739	162
IRPJ/CSSL recolhido	-	-
Crédito fiscal não constituído	(88.517)	(106.904)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - A Administração da Empresa, suportada pela não geração de lucros tributáveis futuros, não constituiu o de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Empresa, que estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur). Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias compostos como segue: **• Prejuízos fiscais –** R$ 258.258 (R$ 318.675 em 2022); **• Base negativa de contribuição social –** R$ 258.258 (R$ 318.675 em 2022); e **• Diferenças temporárias –** R$ 15.169 (R$ 8.340 em 2022).

27. Instrumentos financeiros derivativos: A Empresa está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano devido à captação de empréstimo com o Bando Bradesco Europa S.A em moeda estrangeira. Esses ativos são mensurados à valor justo, mercado. Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Empresa contratou operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "*swap*" (CDI), com vencimento em 30 de abril de 2024.

Objeto do hedge	2023	2022
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 12)	-	96.484

A Empresa optou pela proteção de 100% do valor com instituição financeira de forte solidez no mercado. A contratação do *hedge* foi efetuada no mesmo mês que houve a captação do recurso e o vencimento acompanha o mês do período do título. A Empresa utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. A Empresa não aplicou "*hedge accounting"* e o valor justo dos derivativos assemelha-se ao valor contábil. Conforme nota explicativa 12 o empréstimo foi liquidado em dezembro de 2023, com isso a empresa não possuía em 31 de dezembro de 2023 instrumentos financeiros derivativos ativos.

28. Instrumentos financeiros: As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos financeiros, riscos de mercado (cambial), risco de liquidez. A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos financeiros da Empresa, com a utilização de derivativos. O departamento financeiro identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. **a) Riscos de mercado – cambial -** A Empresa está exposta ao risco cambial oriunda de operações de compra de mercadorias importadas para comercialização e de operações de empréstimos contraídos em moeda estrangeira, em sua maioria dólar. **b) Risco de crédito -** O risco de crédito é resultante da operação comercial com os clientes, porém baixo pois a maioria dos clientes no Varejo utilizam como forma de pagamento dinheiro ou cartões que minimizam o risco para a Empresa. O risco de crédito é mensurado com base nos dados históricos do cliente e com base nos documentos que já tem operações vencidas. **c) Risco de liquidez -** A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Empresa mantém flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancário com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	2023	Até 01 ano	Acima de 01 ano	2022	Até 01 ano	Acima de 01 ano
Fornecedores nacionais	142.210	142.210	-	250.969	250.969	-
Provisões a pagar	5.366	5.366	-	22.869	22.869	-
Outros	22.581	22.581	-	31.462	31.462	-
Partes relacionadas	-	-	-	186	186	-
Bonificações a receber	-	-	-	(15)	(15)	-
Arrendamento de aluguéis	210.619	52.306	158.313	276.069	98.442	177.627
Total	**380.777**	**222.463**	**158.313**	**581.540**	**403.913**	**177.627**

Os passivos financeiros com os vencimentos acima de um ano são apresentados pelos respectivos valores efetivos de pagamento:

	2023			2022		
	Bruto	**Juros**	**Líquido**	**Bruto**	**Juros**	**Líquido**
Vencimento em 2024	-	-	-	71.419	(16.945)	54.474
Vencimento em 2025	61.280	(16.402)	44..878	56.729	(11.664)	45.065
Vencimento em 2026	55.414	(11.036)	44.378	44.911	(6.895)	38.016
Anos seguintes	80.740	(11.683)	69.057	44.286	(4.214)	40.072
Total	**197.434**	**(39.121)**	**158.313**	**217.345**	**(39.718)**	**177.627**

29. Cobertura de seguros: A Empresa mantém política de efetuar a cobertura de seguros contra incêndios e riscos diversos no montante de R$ 95.000 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 138.000 em dezembro de 2022), para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a respectiva continuidade das suas atividades. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Empresa.

30. Eventos subsequentes: A Empresa objetivando a melhor eficiência efetuou o encerramento da atividade operacional de algumas lojas no decorrer dos trabalhos da auditoria, sendo elas: Loja de São Bernardo do Campo (fevereiro/24), Ribeirão Preto e Interlagos (março/24), Barra da Tijuca e Recreio (abril/24). No início de 2024 houve emissão de Debêntures não conversíveis em ações, de valor unitário R$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais, com taxa de juros correspondente à remuneração de 2,50% a.a. + CDI, sendo elas: R$ 37.700 milhões em 16 de janeiro de 2024, R$ 50 milhões em 16 de fevereiro de 2024 e R$ 60 milhões em 25 de abril de 2024. Em AGE do dia 10 de janeiro de 2014 a Companhia aprovou as deliberações de: (a) alteração do Estatuto Social da Companhia, de forma que a Diretoria passe a ser composta por no mínimo 2 (dois) Diretores; (b) destituição do Sr. Anderson Sousa Santos do cargo de Diretor da Companhia, a partir dessa data, e ratificação da Diretoria em exercício; (c) encerramento de filiais da Companhia estabelecidas em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e ratificação das filiais remanescentes; e (d) alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. Em AGE do dia15 de abril de 2024 a Companhia aprovou as deliberações de encerramento e abertura de estabelecimentos passarão a ser realizada em reunião de Diretoria, aprovação da inclusão da atividade de comércio atacadista no objeto social da Companhia, aprovação que a Administração da Companhia será realizada por uma Diretoria composta por no mínimo 1 (um) Diretor, reconheceu a renúncia ao cargo de Diretor da Companhia, a partir dessa data, do Sr. Sérgio Barros Bandeira de Mello Júnior e ratificou a composição da Diretoria da Companhia, eleita em 28 de novembro de 2023, com mandato de 3 (três) anos contados a partir dessa data, composto pelo Diretor sem designação específica Fábio Ferrante.

FÁBIO FERRANTE - Diretor Geral
VINNE DROBINA COSTA - Contador Responsável - CRC SP-271069/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **C&C Casa e Construção S.A. -** São Paulo – SP

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras da C&C Casa e Construção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos, se houver, dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da C&C Casa e Construção S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas: Continuidade operacional -** As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia incorreu em prejuízo de R$ 280.165 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, nessa data, os prejuízos acumulados totalizavam R$ 1.851.522 mil, adicionalmente em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R$ 30.161 mil, e capital circulante líquido negativo de R$ 139.516 mil. A continuidade de suas operações e o cumprimento de suas obrigações dependerá das medidas de reestruturação financeira que estão em processo de avaliação por parte da nova administração. Diante do exposto, e considerando o atual cenário econômico e financeiro da Companhia, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Companhia, de não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até a presente data não obtivemos evidência apropriada e suficiente de auditoria para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. **Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*"):** Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 10 e 11 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 apresenta na rubrica do "Imobilizado", no ativo não circulante, o montante de R$ 268.647 mil (R$ 353.281 mil em 31 de dezembro de 2022) e na rubrica "Intangível", no ativo não circulante, o montante de R$ 50.026 mil (R$ 34.032 mil em 31 de dezembro de 2022). De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 – "Redução ao valor recuperável de ativos", quando há um indicativo de que uma perda por desvalorização do ativo exista, a Companhia deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável. Conforme já mencionado no parágrafo acima "Continuidade operacional", a Companhia apresenta eventos ou condições que são indicativos que o ativo deveria ser desvalorizado, contudo nenhuma análise em relação ao valor recuperável foi realizada. Caso a administração da Companhia tivesse elaborado estudo sobre o valor recuperável, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ter sido afetados de forma relevante e, consequentemente, perdas ao valor recuperável destes ativos poderiam ter sido reconhecidas contabilmente. Adicionalmente, a Companhia não procedeu com a revisão da vida útil econômica e o valor residual dos bens do ativo imobilizado conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 27 "Ativo imobilizado". Consequentemente, não foi possível, mesmo que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos quanto aos possíveis efeitos relacionados a estes assuntos, se houver, do reconhecimento de perdas ao valor recuperável e da vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis nas demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Reversão de provisão de intangível:** Conforme descrito na Nota Explicativa 11 – Intangível às demonstrações financeiras, a Companhia efetuou em 31 de dezembro de 2023 a reversão de provisão de baixa do sistema comercial CS3, reconhecida no exercício de 2022, no montante de R$ 28.564 mil o qual não obtivemos evidencia de auditoria adequadas e suficientes para avaliação da referida reversão da provisão para perdas efetuada durante o exercício corrente, conforme práticas adotadas no Brasil. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre a adequação do saldo, bem como determinar os possíveis efeitos no resultado e no patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Registro de créditos tributários:** A Companhia desde 21 de novembro de 2018, apresenta o processo transitado em julgado sobre a ação promovida para a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS e da Cofins. Essa ação reconheceu o direito de ressarcimento de valores recolhidos a maior em períodos anteriores. A Companhia não contabilizou integralmente os efeitos dessa decisão quando do trânsito em julgado e efetuou a respectiva análise da recuperabilidade dos respectivos créditos e vem reconhecendo contabilmente o valor destes créditos por regime de caixa, consequentemente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui potenciais créditos tributários não registrados nas demonstrações financeiras no montante R$68.295 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de maio de 2024
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/O-1
Rafael Dominguez Barros - Contador CRC 1SP-208.108/O-1

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948888
Data/Hora da Assinatura: 21/05/2024 19:47:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
5146939EFE414F8...